



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Registro de Candidatura nº 840-59.2014.6.02.0000, Classe 38

ACÓRDÃO TRE/AL nº 10.460
(14/08/2014)

REGISTRO DE CANDIDATURA Nº 840-59.2014.6.02.0000.

REQUERENTE: COLIGAÇÃO COM O POVO PRA ALAGOAS MUDAR II
(PDT / PMDB / PSC / PTB / PSD).

CANDIDATA: RIQUELINE MARIA BRITO DA SILVA.

RELATOR: DESEMBARGADOR FERNANDO ANTÔNIO BARBOSA MACIEL.

Ementa.

ELEIÇÕES 2014. PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA. COLIGAÇÃO PARTIDÁRIA. DEPUTADO ESTADUAL. SERVIDOR PÚBLICO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA DESINCOMPATIBILIZAÇÃO. INELEGIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ART. 1º, INCISO II, "L", C/C OS INCISOS V E VI, DA LC Nº 64/90. REGISTRO INDEFERIDO.

- Não comprovado o afastamento do servidor público de suas funções até três meses antes do pleito, fica desatendido o disposto no art. 1º, inciso II, alínea I, c/c os incisos V e VI, ambos da LC nº 64/90. Prova da desincompatibilização não apresentada.

- Registro indeferido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, por decisão unânime, em indeferir o registro de candidatura, nos termos do voto do eminente Relator.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em Maceió, aos 14 dias do mês de agosto do ano de 2014.

Desa. **ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO** – Presidente

Des. **FERNANDO ANTÔNIO BARBOSA MACIEL** – Relator

Dr. **MARCIAL DUARTE COELHO** – Procurador Regional Eleitoral



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Registro de Candidatura nº 840-59.2014.6.02.0000, Classe 38

RELATÓRIO

A Coligação COM O POVO PRA ALAGOAS MUDAR II (PDT / PMDB / PSC / PTB / PSB) requereu o registro de candidatura de RIQUELINE MARIA BRITO DA SILVA para concorrer ao cargo de Deputado Estadual nas Eleições de 2014.

A Secretaria Judiciária publicou edital relativo ao pedido no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, consoante dispõe o art. 3º, da LC nº 64/90 c/c o art. 33, II, da Resolução TSE nº 23.405/2014 (art. 97, § 1º, do Código Eleitoral).

Depois da publicação do edital, não houve qualquer impugnação ao registro de candidatura ou oferecimento de notícia de inelegibilidade.

De acordo com o que preceitua o art. 35 da Resolução TSE nº 23.405/2014, a Secretaria Judiciária prestou informações que dão conta da regularidade do preenchimento do formulário Requerimento de Registro de Candidatura (RRC) e das condições de elegibilidade, mas não as provas da desincompatibilização.

Instada a se manifestar, a Procuradoria Regional Eleitoral opinou pelo indeferimento do pedido, visto que a candidata não teria comprovado a sua desincompatibilização no prazo exigido pela legislação eleitoral.

É o relatório.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Registro de Candidatura nº 840-59.2014.6.02.0000, Classe 38

VOTO

Trata-se de pedido formulado pela Coligação COM O POVO PRA ALAGOAS MUDAR II (PDT / PMDB / PSC / PTB / PSB), relativamente ao registro de candidatura de RIQUELINE MARIA BRITO DA SILVA, para concorrer ao cargo de Deputado Estadual nas Eleições Gerais de 2014.

Prescreve o art. 22 da Resolução TSE nº 23.405/2014 que o pedido de registro deverá ser apresentado pelos partidos e coligações em meio magnético gerado pelo Sistema de Candidaturas – Módulo Externo (CANDex), desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral, acompanhado das vias impressas do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) e do Requerimento de Registro de Candidatura (RRC), emitidos pelo sistema e assinados pelos requerentes.

Infere-se da informação da Secretaria Judiciária que o DRAP da coligação requerente, processo principal, foi deferido por esta egrégia Corte de Justiça (Acórdão TRE/AL Nº 10.059/2014).

Da análise dos autos, observa-se que a candidata apresentou toda a documentação exigida no art. 27 da Resolução TSE 23.405/2014, inclusive provas da desincompatibilização.

No entanto, apesar de devidamente intimada para apresentar provas de sua desincompatibilização do cargo de agente administrativo no período exigido pela legislação eleitoral, qual seja, de três meses antes do pleito, a candidata ficou inerte, consoante certidão de fl. 49.

Com isso, inobservou a regra do art. 1º, inciso VI, da LC 64/90 c/c os incisos V, alínea "a", e inciso II, alínea "I", do mesmo dispositivo, que estabelece que são inelegíveis os servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios, inclusive das fundações mantidas pelo Poder Público, que não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Registro de Candidatura nº 840-59.2014.6.02.0000, Classe 38

garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais, quando concorrentes aos cargos em disputa na Assembleia Legislativa.

Desta forma, não comprovado o afastamento do servidor público de suas funções até três meses antes do pleito, resta desobedecido o disposto no art. 1º, inciso VI, c/c os incisos V, alínea "a", e inciso II, alínea "I", da Lei Complementar.

Ante o exposto, acolho a manifestação do Ministério Público e **VOTO PELO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA.**


FERNANDO ANTÔNIO BARBOSA MACIEL
Desembargador Eleitoral Relator



Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Registro de Candidatura Nº 840-59.2014.6.02.0000

Prot. 9.964/2014

ORIGEM: MACEIÓ - AL

JULGADO EM: 14/08/2014 (SESSÃO Nº 69/2014)

RELATOR(A): DESEMBARGADOR ELEITORAL FERNANDO ANTÔNIO BARBOSA MACIEL

PRESIDENTE DA SESSÃO: DESEMBARGADOR ELEITORAL ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO

PROCURADOR(A) REGIONAL ELEITORAL: Dr(a). Marcial Duarte Coelho

SECRETÁRIO: Maria Celina Bravo

AUTUAÇÃO

REQUERENTE(S) : COLIGAÇÃO COM O POVO PRA ALAGOAS MUDAR II (PDT / PMDB / PSC / PTB / PSD)
CANDIDATO : RIQUELINE MARIA BRITO DA SILVA, CARGO DEPUTADO ESTADUAL, Nº: 15754

DECISÃO

Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, por decisão unânime, em indeferir o registro de candidatura, nos termos do voto do Relator. (Acórdão nº 10.460, de 14/8/2014).

Participantes da Sessão: Presidência da Senhora Desembargadora Eleitoral ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO. Presentes os Srs. Desembargadores Eleitorais: OTÁVIO LEÃO PRAXEDES, ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO, ALBERTO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA, ALEXANDRE LENINE DE JESUS PEREIRA, FERNANDO ANTÔNIO BARBOSA MACIEL e EVERALDO BEZERRA PATRIOTA, bem como o Procurador Regional Eleitoral, Dr. MARCIAL DUARTE COELHO. Ausente, justificadamente, o Desembargador Eleitoral SEBASTIÃO COSTA FILHO.

Por ser verdade, firmo a presente.
Maceió, 14 de agosto de 2014.

CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS
Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários